



Foto cedida

ANTÓNIO VASCONCELOS MOREIRA*

amoreira@jornaleconomico.pt

O plano de reestruturação do Banco Montepio prevê a saída de 300 pessoas até ao final do ano e, para os trabalhadores que saíam por mútuo acordo, ser-lhes-á oferecida uma indemnização correspondente a 1,3 salários por cada ano de antiguidade, apurou o Jornal Económico junto de fonte próxima ao processo.

O Jornal Económico (JE) também apurou que este plano foi enviado ao Banco de Portugal (BdP) este mês pela comissão executiva do Montepio, liderada por Pedro Leitão, juntamente com o plano de financiamento e de capital, prevendo a redução de 800 pessoas no triénio 2020-2022, por rescisões por mútuo acordo e reformas antecipadas.

Em cima da mesa, e fora do âmbito da redução de pessoal, está também a implementação da redução do tempo de trabalho de menos um dia por semana ou menos sete horas por semana. O banco está a ser assessorado pela SRS Advogados.

A reestruturação, desenhada pela KPMG, contempla ainda o encerramento de cerca de 80 balcões até 2022, dos quais perto de 40 deverão ser encerrados até ao fim deste ano.

Contactado, o Banco Montepio não prestou declarações até ao fecho desta edição.

Esta quarta-feira, três sindicatos — Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB), Sindicato dos Bancários do Norte (SBN) e o Sindicato Independente da Banca (SIB) — reuniram com a comissão executiva do Montepio. Na sequência desta reunião, o JE apurou que o plano para reduzir 800 pessoas através de reformas antecipadas e rescisões de contratos por mútuo acordo já foi entregue ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), no âmbito do pedido de estatuto de empresa em reestruturação, para alargar a quota de que o Montepio dispõe para acordos com trabalhadores, de forma a que estes tenham direito ao subsídio de desemprego, a cargo do Estado, e não a cargo do banco. Esta reunião ocorreu depois de o jornal “Eco” ter noticiado este plano de redução de custos no início desta semana, embora tenha sido agendada antes.

Até ao final do ano, o Montepio prevê avançar com cerca de 160 reformas antecipadas, soube o JE.

O Montepio, entretanto, emitiu uma nota de esclarecimento informando que Pedro Leitão não disse, em qualquer uma das reuniões com os sindicatos, que seriam dispensados 800 colaboradores, e que o “número 800 foi apenas referido a título indicativo, no âmbito do esclarecimento feito àquelas estruturas sobre o requerimento formal dirigido às autoridades competentes para

efeito de alargamento de quota para subsídio de desemprego”.

Esta quinta-feira, o “Observador” noticiou que o plano de reestruturação, que custará 794 milhões de euros, contempla a saída de 804 pessoas até 2022 — 119 por reformas antecipadas e 685 por mútuo acordo.

Envio de documentos ao BdP causa tensão na administração do Montepio

A comissão executiva do Banco Montepio enviou os planos de financiamento e de capital e de reestruturação ao BdP até ao dia 15 deste mês. Todos os anos, os bancos têm de enviar para o supervisor o plano de financiamento e de capital.

Segundo as nossas fontes, o envio destes documentos foi feito sem a prévia aprovação do conselho de administração, liderado por Carlos Tavares, o que criou tensão entre os dois órgãos sociais do banco.

O JE sabe que terá mesmo havido uma comunicação interna entre o chairman e o CEO do banco, com alguns reparos, sobre estes documentos. Nomeadamente porque Pedro Leitão terá remetido para o BdP uma versão do plano de financiamento e de capital, discutida na reunião do conselho de administração do Banco Montepio, de 10 de setembro, mas sem a aprovação final do conselho de administração e sem anexar a ata da reunião, onde consta a posição de alguns administradores, incluindo Carlos Tavares.

Além disso, Carlos Tavares terá questionado também o envio do plano de corte de custos para o BdP e que só depois foi dado a conhecer ao conselho de administração.

O supervisor enviou questões ao banco sobre o plano de reestruturação, cujas respostas deveriam ter sido discutidas no conselho de administração agendado para o dia 10 de setembro porque abordavam questões estratégicas, discussão que foi adiada para deliberação posterior. No entanto, a comissão executiva enviou para o BdP as respostas sem conhecimento prévio do conselho de administração.

Carlos Tavares terá invocado as competências do conselho de administração e de cada um dos seus membros. O Banco Montepio tem um sistema de governo monista, cuja comissão executiva emana do conselho de administração. ●*com MTA e LS

Envio para o BdP dos planos pela comissão executiva sem a prévia aprovação do conselho de administração criou tensão na administração do Banco Montepio

REESTRUTURAÇÃO

Plano do Montepio prevê saída de 300 pessoas até ao fim do ano

Banco propõe pagar 1,3 salários por cada ano de antiguidade no plano de reestruturação. Envio de planos ao Banco de Portugal cria tensão no conselho de administração.